Logística Ambiental de São Paulo S.A. - LOGA

CNPJ nº 07.032.886/0001-02

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas, a Logística Ambiental de São Paulo S.A. - LOGA submete à apreciação de vossas senhorias as demonstrações financeiras do período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2012, acompanhadas das notas explicativas, deste Relatório da Administração e do Relatório dos Auditores Independentes.

I) A Empresa: A LOGA é concessionária pública dos serviços de coleta, transporte, tratamento e destinação final dos resíduos domiciliares e dos serviços de saúde do setor noroeste da cidade de São Paulo, que engloba 13 subprefeituras. O contrato de concessão, firmado entre a Logística Ambiental de São Paulo S.A. - LOGA e a Prefeitura da Cidade de São Paulo, em 2012, cumpriu seu oitavo ano de existência. Trata-se de instrumento norteador da Limpeza Pública na cidade no que concerne aos serviços concessionados. Em outubro de 2009, quando a Loga completou os primeiros cinco anos de operação, deu início ao processo de reequilíbrio tarifário quinquenal, previsto no contrato de concessão, tendo em vista o aumento significativo dos custos no período, o crescimento do município, bem como novas legislações. Finalmente, em dezembro de 2012, após intensa negociação, foi assinado o novo Termo de Compromisso Ambiental entre a Prefeitura da Cidade de São Paulo e a Loga, que promoveu parcialmente o reequilíbrio econômico-financeiro do contrato. Adicionalmente, foi considerada a revisão da tarifa derivada da antecipação necessária dos marcos contratuais para atendimento da Política Nacional de Resíduos Sólidos. É importante salientar que o contrato foi apenas parcialmente reequilibrado, pois o Poder Concedente já reconheceu eventos ocorridos entre os anos de 2010 a 2012 como fatores de desequilíbrio da relação contratual, a ser tratado no próximo reequilíbrio ordinário em outubro de 2014. Em 2012, foi inaugurada a nova Estação de Transbordo de Ponte Pequena, transformada em um moderno complexo capaz de processar 5,5 mil toneladas/dia de resíduos. Foram implantados sistemas confinados e de filtragem de ar para redução de odores, controle da poluição sonora, além da remediação ambiental de toda a área, representando grande melhoria na qualidade de vida na região do Bom Retiro. A produtividade da companhia continua em ritmo crescente graças à dedicação do pessoal, utilização de equipamentos, mais modernos e atuais, e inovações em controle operacional, gestão e treinamento. Todas as iniciativas foram possíveis pelo incansável trabalho dos mais de 1.800 colaboradores da Sociedade.

II) As Relações: Para adequar a realidade das receitas desequilibradas aos custos e aos compromissos de investimento, o contrato de concessão prevê a Revisão Quinquenal das Tarifas. Em dezembro de 2012, o reequilíbrio foi concedido parcialmente, com efeitos retroativos a 13 de Outubro de 2009. É importante ressaltar que o evento do reequilíbrio é fundamental para que a concessionária possa cumprir seus compromissos contratuais e realizar os investimentos que a cidade necessita.

III) Os Problemas: Dentre os grandes problemas, verificamos que a falta de conscientização dos munícipes tem levado ao crescimento desordenado dos resíduos assim como o seu descarte muitas vezes feito fora dos horários estabelecidos pela legislação. Grandes Geradores, que por Lei estão obrigados a servir-se de empresas especializadas, descartam seus resíduos junto aos resíduos domiciliares o que, além de ferir a legislação, causa problemas de vícios e desarranjos na logística do trabalho além de macular o visual da cidade. Para diminuir estes problemas a Loga tem investido em programas de conscientização da população e tem contado com o apoio da Amlurb na fiscalização dos Grandes Geradores.

IV) Os Números: Continuamos superando desafios e prestando serviços de qualidade à maior cidade do país e uma das 5 maiores do mundo. Os números, a seguir, demonstram a grandiosidade de nossa operação: coletamos, transportamos e destinamos 1.752.266 toneladas de resíduos, com média de crescimento de 11% desde 2005. Nas dimensões da cidade de São Paulo, somente esse crescimento equivale a coletar resíduos de uma nova cidade com 500 mil habitantes. Atendemos uma população de 4,5 milhões de pessoas, além de uma população flutuante estimada em mais de 2 milhões de pessoas que trabalham, estudam, fazem negócios na região noroeste da cidade. Atendemos 882 bairros em 51 Distritos e, em 2012, nossos equipamentos percorreram mais de 9 milhões de quilômetros com um consumo de combustível acima dos 5,5 milhões de litros. Cerca de 1.100 novos pontos de coleta de Resíduos dos Serviços de Saúde foram implantados em 2012 elevando em mais de 115% a quantidade de pontos existentes em 2004. É o cumprimento de nossa missão empresarial e social, gerando emprego, protegendo o meio ambiente e contribuindo para a melhoria da qualidade de vida da população atendida. Trabalhamos diariamente para transformar São Paulo em um lugar melhor para se viver.

Agradecimentos: A Administração da Logística Ambiental de São Paulo S.A. - LOGA agradece a seus acionistas, clientes, parceiros comerciais, fornecedores e instituições financeiras pela confiança depositada. De forma especial expressa seu reconhecimento e agradecimento aos seus colaboradores pelo comprometimento e contribuição na busca constante da qualidade de nossos serviços, do transparente e bom atendimento à população de São Paulo e a ética com que marcam o desenvolvimento das atividades.

São Paulo, 23 de abril de 2013. **A Administração**

Balanços Patrimoniais em 31 de Dezembro de 2012 e 2011 (Valores expressos em milhares de reais)

ATIVO	Nota explicativa	2012	2011
Circulante		138.083	83.868
Caixa e equivalentes de caixa	5	87.792	36.921
Contas a receber de clientes e outros recebíveis	6	41.022	37.568
Estoques		2.676	3.660
Impostos a recuperar		3.010	3.492
Adiantamento à fornecedores		3.583	2.227
Não Circulante		92.857	95.876
Contas a receber de clientes e outros créditos	6	31.838	32.605
Ativo fiscal diferido	7	5.724	6.960
Depósitos judiciais		10.035	9.853
Imobilizado	8	44.460	46.026
Intangível		801	432
Total do Ativo		230.940	179.744

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	2012	2011
Circulante		166.518	81.239
Fornecedores e outras contas a pagar	9	36.083	38.690
Empréstimos e financiamentos	10	33.138	14.668
Salários, benefícios e encargos	11	11.518	12.163
Impostos, taxas e contribuições a recolher	12	17.722	8.838
Imposto de renda e contribuição social	7	18.317	-
Obrigações contratuais		2.241	1.776
Dividendos a pagar		47.498	5.104
Não Circulante		40.514	56.253
Empréstimos e financiamentos	10	32.511	40.280
Provisões	13	3.573	13.563
Passivo fiscal diferido	7	4.430	2.410
Patrimônio Líquido		23.908	42.252
Capital social	15	19.923	19.923
Reserva legal		3.985	7.018
Reserva de lucros		-	15.311
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		230.940	179.744

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações de Resultados para o Período Findo em 31 de Dezembro de 2012 e 2011 (Valores expressos em milhares reais)

Operações em Continuidade	Nota explicativa	2012	2011
Receita Bruta de Serviços Prestados		409.228	321.199
Impostos incidentes sobre serviços prestados		(59.448)	(43.637)
Receita Operacional Líquida	16	349.780	277.562
Custo dos serviços prestados		(254.961)	(228.762)
Lucro Bruto		94.819	48.800
Despesas comerciais	17	(5.375)	(4.367)
Despesas gerais e administrativas	18	(12.501)	(8.834)
Outras receitas e despesas operacionais	19	(1.693)	922
Resultado antes das Receitas e Despesas Financeiras		75.251	36.521
Receitas financeiras	20	2.834	3.640
Despesas financeiras	20	(7.437)	(4.987)
Receitas (Despesas) Financeiras Líquidas		(4.602)	(1.347)
Resultado antes dos Tributos sobre o Lucro		70.649	35.174
Corrente	7	(22.928)	(5.389)
Diferido	7	(3.255)	(8.296)
Resultado Líquido das Operações em Continuidade		44.465	21.489

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa para o Período Findos em 31 de Dezembro de 2012 e 2011 (Valores expressos em milhares de reais)

	Nota explicativa	2012	2011
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais			
Lucro líquido do exercício		44.465	21.489
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício com o caixa gerado pelas (aplicado nas) operações			
Depreciação do imobilizado	8	13.613	11.643
Provisão para obrigações contratuais futuras	13	(10.964)	(25.218)
Encargos financeiros e variação cambial sobre empréstimos e financiamentos	20	4.894	4.972
Provisão para contingências	13	1.447	190
Baixa de bens do ativo imobilizado	8	-	288
Provisão conscientização da população		-	307
Imposto de Renda e contribuição social	7	26.183	8.295
(Aumento) Redução nos Ativos Operacionais:			
Contas a receber de clientes	6	(9.136)	661
Ativo financeiro	6	6.552	(14.968)
Impostos a recuperar		482	(761)
Partes relacionadas	12	(43)	13.276
Estoques		984	(1.368)
Outros créditos	6	(58)	8.625
Depósitos judiciais		(222)	232
Aumento (Redução) nos Passivos Operacionais:			
Fornecedores		(3.333)	(22.110)
Salários, provisões trabalhistas e encargos sociais	(645)	454	
Impostos, taxas e contribuições		8.884	(935)
Imposto de renda e contribuição social		(4.611)	-
Juros pagos		(4.325)	-
Partes relacionadas	14	(630)	(2.066)
Pagamento de contingências	13	(434)	(77)
Outras provisões e obrigações contratuais		465	(75)
Caixa Líquido Gerado pelas Atividades Operacionais		73.570	2.854
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento			
Aquisição de imobilizado	8	(13.826)	(10.472)
Adições ao intangível		(175)	(331)
Baixa/Transferência de imobilizado/intangível	8	1.585	-
Caixa Líquido Atividades de Investimento		(12.416)	(10.803)
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento			
Captação de financiamentos - terceiros	10	35.208	35.153
Pagamento de financiamentos	10	(25.076)	(16.682)
Pagamento de dividendos		(20.415)	(16.037)
Caixa líquido Aplicado nas Atividades de Financiamento		(10.283)	2.434
Aumento (Redução) Líquido(a) do Saldo de Disponibilidades		50.871	(5.515)
Caixas e equivalentes de caixa no início do exercício	5	36.921	42.436
Caixas e equivalentes de caixa no fim do exercício	5	87.792	36.921
		50.871	(5.515)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos Valores Adicionados para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2012 e 2011 (Valores expressos em milhares de reais)

	Nota explicativa	2012	2011
Receitas (1)		409.059	323.181
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	16	409.228	321.199
Outras receitas		(168)	1.982
Insumos Adquiridos de Terceiros (2)		162.279	147.290
(Inclui os valores dos impostos - ICMS, IPI, PIS, COFINS)			
Custos dos serviços prestados		137.636	127.431
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		17.948	14.590
Comerciais, administrativas e contingências		6.695	5.269
Valor Adicionado Bruto (1) - (2) = (3)		246.780	175.891
Depreciações e Amortizações (4)		13.614	11.687
Valor adicionado Líquido Produzido pela Companhia (3) - (4) = (5)		233.166	164.204
Valor Adicionado Recebido em Transferência (6)		2.834	3.640
Receitas financeiras	20	2.834	3.640
Valor Adicionado Total a Distribuir (5) + (6)		236.001	167.844
Distribuição do valor adicionado		236.001	167.844
Pessoal		71.991	69.078
Remuneração direta		51.865	50.542
Benefícios		17.207	15.803
F.G.T.S.		2.920	2.733
Impostos, Taxas e Contribuições		106.880	67.631
Federais		62.898	35.721
Estaduais		554	502
Municipais		43.428	31.408
Remuneração de Capital de Terceiros		12.664	9.646
Juros		6.972	5.083
Aluguéis		5.692	4.563
Remuneração de Capital Próprio		44.465	21.489
Dividendos		-	5.104
Lucros retidos		44.465	16.385

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido para os Período Findos em 31 de Dezembro de 2012 e 2011 (Valores expressos em milhares de reais)

	Capital social Subscrito	A integralizar	Reserva Reserva Legal	Lucros (prejuízos) de lucros	acumulados	Total
Saldos em 31 de Dezembro de 2010	60.650	(40.727)	5.943	16.037	-	41.903
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	21.489	21.489
Destinação dos lucros:						
Reserva legal	-	-	1.075	-	(1.075)	-
Reserva de lucros	-	-	-	20.414	(20.414)	-
Dividendos distribuídos	-	-	-	(16.036)	-	(16.036)
Dividendos propostos	-	-	-	(5.104)	-	(5.104)
Saldos em 31 de Dezembro de 2011	60.650	(40.727)	7.018	15.311	-	42.252
Lucro líquido do período	-	-	-	-	44.465	44.465
Destinação dos lucros:	-					
Estorno de reserva legal - limite alcançado	-	-	(3.033)	3.033	-	-
Reserva de lucros	-	-	-	44.465	(44.465)	-
Dividendos distribuídos	-	-	-	(15.311)	-	(15.311)
Dividendos propostos	-	-	-	(47.498)	-	(47.498)
Saldos em 31 de Dezembro de 2012	60.650	(40.727)	3.985	-	-	23.908

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do Valor Adicionado para o Findo em 31 de Dezembro de 2012 e 2011 (Valores expressos em milhares de reais)

	2012	2011
Resultado do exercício	44.465	21.489
Resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total	44.465	21.489

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Referentes aos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2012 e 2011 (Valores expressos em milhares de reais)

1. Contexto Operacional: A Logística Ambiental de São Paulo S.A - Loga ("Companhia"), situada à Praça Alberto Lion, 366, Município de São Paulo - SP, é concessionária pública dos serviços divisíveis de limpeza urbana do setor denominado noroeste na cidade de São Paulo, em conformidade com o contrato nº 027/SSO/2004, firmado em 6 de outubro de 2004, com duração de 20 anos prorrogáveis por até 20 anos, o qual foi iniciado em 13 de outubro de 2004. A Loga é uma sociedade anônima de capital fechado, tendo como acionistas a Vega Valorização de Resíduos S.A. - VVR, detentora de 62,347% das ações e a P.N.A.S.P.E. Empreendimentos e Participações S.A., com participação de 37,653%. A Vega Valorização de Resíduos S.A. - VVR é acionista da Companhia desde 3 de outubro de 2011 quando a sua então controladora, Vega Engenharia Ambiental S.A. realizou uma cisão parcial de seu acervo líquido, viabilizando a transferência da totalidade do investimento por ela detido na Loga, bem como de determinados passivos e ativos para a VVR, Companhia constituída pelo Grupo Solvi com objetivo específico de participar do capital de outras companhias. Conforme requerido pelo contrato de concessão, a transferência do controle da Companhia foi devidamente autorizada pelo Secretaria Municipal de Serviços da Prefeitura do Município de São Paulo - SP (Poder Concedente), conforme ofício datado de 11 de julho de 2011. Igualmente a P.N.A.S.P.E. Empreendimentos e Participações S.A. é acionista da Companhia desde 03 de outubro de 2011 por compra das ações da Cavo Serviços e Meio Ambiente S.A.. Conforme requerido pelo contrato de concessão, a transferência do controle da Companhia foi devidamente autorizada pela Secretaria Municipal de Serviços da Prefeitura Municipal de São Paulo - SP (Poder Concedente), conforme ofício datado de 11 de julho de 2011. **Contrato de Concessão**: Pela exploração do objeto da concessão, o Poder Concedente efetua pagamentos mensais fixos, tendo sido utilizados, para efeito de cálculo, os valores constantes da proposta vencedora da licitação. Conforme previsto no contrato, a Prefeitura do Município de São Paulo aprovou, em outubro de 2012, reajuste contratual da tarifa mensal no total de 6,66%. O contrato de concessão só poderá ser declarado extinto nas seguintes hipóteses: (i) término do prazo contratual; (ii) encampação com pagamento de indenização no valor dos bens que reverterem ao Poder Concedente; (iii) caducidade por parte da Prefeitura Municipal; (iv) rescisão amigável ou judicial; (v) anulação por ilegalidade; ou (vi) falência ou extinção da Concessionária. Os bens imprescindíveis à execução dos serviços de limpeza urbana objeto do presente contrato reverterão em favor do Poder Concedente após a extinção da concessão e incluem o sistema existente quando do início da operação e os bens e infraestrutura adquiridos ou construídos pela Concessionária, ao longo do contrato de concessão, que sejam utilizados na prestação dos serviços, conforme nota explicativa nº 6. Os veículos adquiridos pela Companhia, composto por caminhões no valor contábil de R$34.075 (R$43.996 em 2011) estão classificados no ativo imobilizado, pois não são considerados como bens reversíveis pela Administração da Companhia. No exercício findo em 31 de dezembro de 2012, a Companhia registrou receita bruta de R$409.228 (R$321.199 em 2011), composta por R$1.641 (R$14.967 em 2011) em construção (vide nota explicativa nº16) e R$417.185 (R$306.232 em 2011) referente à prestação de serviços e a realização de ativos financeiros de R$9.598 reconhecido como despesa em 2012. A receita reconhecida com relação à construção em 2012 representa o valor justo dos investimentos realizados, com margem de retorno zero considerando que a Administração da Companhia entende que o retorno é obtido sobre a receita de prestação de serviços de coleta. **Reequilíbrio Quinquenal**: O reequilíbrio é um mecanismo contratual aplicável a cada cinco anos, para adequar as receitas à realidade dos custos e obrigações de investimento da concessionária. Em 13 de outubro de 2009, a Loga completou os primeiros cinco anos de operação e deu início ao processo de reequilíbrio tarifário quinquenal. Todos os estudos foram desenvolvidos pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas - FIPE e Secretaria Municipal de Serviços. Em 26 de dezembro de 2012, foi assinado o novo Termo de Compromisso Ambiental entre a Prefeitura da Cidade de São Paulo e a Loga, que promoveu parcialmente o reequilíbrio econômico-financeiro do contrato. O impacto financeiro sobre a tarifa vigente em outubro de 2012, decorrente da revisão ordinária quinquenal do período de outubro de 2004 a 2009, corresponde a um reajuste de 7,65%, com efeitos retroativos a outubro de 2009. O saldo relativo à dívida acumulada por despesas de exercícios anteriores e do exercício atual, decorrentes da aplicabilidade do reequilíbrio citado até 31 de dezembro de 2012 corresponde ao valor total de R$84.595. Adicionalmente, foi considerada a revisão da tarifa derivada da antecipação necessária dos marcos contratuais postergados no Termo de Compromisso Ambiental de 29 de outubro de 2007 para atendimento da Política Nacional de Resíduos Sólidos. Estes eventos de antecipação representam um reajuste tarifário de 7,39% a partir de 13 de outubro de 2012. Considerando-se os dois eventos citados, o impacto total na tarifa a partir de 13 de outubro de 2012 foi de 15,04%: Vale ressaltar que o contrato foi apenas parcialmente reequilibrado, pois conforme descrito no próprio Termo de Compromisso Ambiental assinado, o Poder Concedente reconhece alguns eventos ocorridos entre os anos de 2010 a 2012 como fatores de desequilíbrio da relação contratual. Este ponto será tratado no próximo reequilíbrio ordinário em outubro de 2014. Além disso, foi reconhecido que por advir de decisões de competência de diferentes Secretarias Municipais, a dívida da Municipalidade para com a empresa em razão de terceirização imprevista de aterro, por ela procedida no aguardo da disponibilização da área a ser desapropriada pelo Poder Concedente para implantação e operação do novo aterro sanitário municipal, deverá ser apurado apartado do documento assinado, por Comissão instituída pelo Poder Concedente. Neste momento, serão observadas: deslizamento do investimento e operação do novo aterro sanitário para o 12º ano da Concessão, em que se inclui a terceirização de aterro a partir do 7º ano até o final do 11º ano e deslizamento do investimento da estação de tratamento de efluentes do novo aterro sanitário. Neste contexto, como as obrigações contratuais ainda serão tratadas, não foi efetuada neste exercício, uma provisão para investimentos futuros. **2. Base de Preparação: (a) Declaração de conformidade com relação as normas do CPC**: As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o BR GAAP. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração em 18 de março de 2013. **(b) Base de mensuração**: As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico. **(c) Moeda funcional e moeda de apresentação**: Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **(d) Estimativas contábeis**: A preparação das Demonstrações Financeiras de acordo com as normas IFRS e as normas CPC exigem que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas, pelo menos, anualmente. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a análise do risco de crédito para determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa, mensuração de instrumentos financeiros, provisão para contingência, provisão para fechamento e urbanização de aterros e provisão para custos a incorrer. As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão incluídas nas seguintes notas explicativas. As principais fontes de incerteza das estimativas que podem levar a ajustes significativos nos valores contábeis dos ativos e passivos nos próximos exercícios são como seguem: • **Vida útil do ativo imobilizado e intangível**: A Companhia revisa a vida útil e valor residual estimados dos bens do imobilizado e intangível anualmente no final de cada período apresentado. **Provisões**: As provisões são reconhecidas como passivo (presumindo-se que possa ser feita uma estimativa confiável) porque são obrigações presentes e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação. A melhor estimativa do desembolso exigido para liquidar a obrigação presente é o valor que a Companhia racionalmente paga para liquidar a obrigação na data do balanço ou para transferi-la para terceiros nesse momento. • **Provisão para contingências**: Refere-se a questões trabalhistas, tributárias e cíveis e está registrada de acordo com avaliação de risco efetuada pela Administração, suportada por seus consultores jurídicos, inclusive quanto à sua classificação no passivo não circulante. **3. Principais Políticas Contábeis:** As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras. **a. Redução ao valor recuperável dos ativos (*Impairment*)**: A Companhia analisa periodicamente se existem evidências de que o valor contábil de um ativo não será recuperado. O valor recuperável de um ativo é o maior valor entre: (a) seu valor justo menos custos que seriam incorridos para vendê-lo; e (b) seu valor de uso. O valor de uso é equivalente ao fluxo de caixa descontado (antes dos impostos) derivado do uso contínuo do ativo até o final da sua vida útil. Ao avaliar se há alguma indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização, a entidade considera, entre outras, as seguintes indicações: • **Fontes externas de informação: (i)** durante o período, o valor de mercado do ativo diminuiu significativamente, mais do que seria de se esperar como resultado da passagem do tempo ou do uso normal; **(ii)** mudanças significativas com efeito adverso sobre a entidade ocorreram durante o período, ou ocorrerão em futuro próximo, no ambiente tecnológico, de mercado, econômico ou legal, no qual a entidade opera ou no mercado para o qual o ativo é utilizado; • **Fontes internas de informação: (i)** evidência disponível de obsolescência ou de dano físico de um ativo; **(ii)** mudanças significativas, com efeito adverso sobre a entidade, ocorreram durante o período, ou devem ocorrer em futuro próximo, na extensão pela qual, ou na maneira na qual, um ativo é ou será utilizado; **(iii)** evidência disponível, proveniente de relatório interno, que indique que o desempenho econômico de um ativo é ou será pior que o esperado. Quando o valor residual do ativo excede o valor recuperável, a Companhia reconhece uma redução do saldo contábil desse ativo (*Impairment* - deterioração). A análise do valor recuperável é realizada por unidade de negócio, que é a menor unidade geradora de caixa possível para identificação dos fluxos de caixa. Quando a perda por recuperação ao valor recuperável é revertida, subsequentemente ocorre o aumento do valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) para a estimativa revisada de seu valor recuperável, desde que não exceda o valor contábil que teria sido determinado, caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida para o ativo (ou unidade geradora de caixa) em exercícios anteriores. **b. Caixa e equivalente de caixa**: Caixa e equivalente de caixa incluem o caixa, os depósitos a vista, outros investimentos de curto prazo e de alta liquidez prontamente conversíveis em caixa com, no máximo, de 90 dias da data de contratação. Esses investimentos são mensurados a custo mais os rendimentos acumulados. **c. Contas a receber e outros recebíveis**: Contas a receber de curto prazo que não são sujeitos a correção de juros são mensurados ao valor original da fatura se o efeito de desconto a valor presente não é material. O valor justo é determinado na data de reconhecimento e, para fins de divulgação, na data base das demonstrações financeiras. Referem-se aos serviços prestados, até a data do balanço, em atendimento ao regime de competência. **d. Estoques**: Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável liquido. São avaliados pelo custo médio de aquisição, ajustados, quando necessário, por provisão para redução aos seus valores justos. O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas estimadas necessárias para efetuar as vendas. **e. Imobilizado**: Os bens do imobilizado são reconhecidos pelo custo histórico de aquisição ou custo de construção, menos a depreciação acumulada e provisão de perda pelo valor recuperável (*impairment*). Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ao qual se refere ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que flutuam benefícios econômicos futuros associados ao bem e que o custo do bem possa ser mensurado com segurança. Despesas ordinárias de manutenção são reconhecidas no resultado do exercício no período que são incorridas. O valor depreciável de um ativo é apropriado de forma sistemática ao longo da sua vida útil estimada. O valor residual e a vida útil de um ativo são revisados pelo menos ao final de cada exercício e, se as expectativas diferirem das estimativas anteriores, a mudança será contabilizada como mudança de estimativa contábil, segundo o CPC 23. A vida útil é o período de tempo durante o qual a Companhia espera utilizar o ativo. As taxas de depreciação utilizadas para cada classe de ativos estão descritas na nota explicativa nº8. Os ganhos e perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são registrados em "Outros ganhos/(perdas) operacionais, líquidas" na demonstração do resultado. **f. Intangível**: Ativos intangíveis são reconhecidos pelo custo de aquisição reduzido da amortização acumulada e eventual provisão de perda pelo valor recuperável (*impairment*). Os direitos de uso de software são demonstrados ao valor de custo histórico de aquisição, sendo amortizados linearmente pela taxa de 20% ao ano. **g. Contratos de concessão**: Em 2010, o CPC emitiu o ICPC 1, aplicável para os exercícios findos a partir de 1º de janeiro de 2010. Esta interpretação apresenta características comuns aos contratos de concessão: • contratos de concessão envolvem a prestação de serviços públicos e a administração de infraestrutura relacionada ao serviço, que é concedida ao concessionário; • a parte que concede o contrato de prestação de serviço (concedente) é um órgão público ou uma entidade pública, ou entidade privada para qual foi delegado o serviço; • o concessionário é responsável ao menos por parte da gestão da infraestrutura e serviços relacionados, não atuando apenas como mero agente, em nome do concedente; • o contrato estabelece o preço inicial a ser cobrado pelo concessionário, regulamentando suas revisões durante toda sua vigência; • o concessionário fica obrigado a entregar a infraestrutura ao Poder concedente em determinadas condições especificadas no final do contrato, por pequeno ou nenhum valor adicional, independentemente de quem tenha sido o seu financiador. A infraestrutura usada pela Companhia sujeita ao contrato de concessão é controlada pelo Poder concedente, conforme previsto no IFRIC 12, quando: • o concedente controla ou regulamenta quais serviços o concessionário deve prestar com a infraestrutura, a quem os serviços devem ser prestados e o preço; • o concedente controla - por meio de titularidade, usufruto ou de outra forma - qualquer participação residual significativa na infraestrutura no final da vigência do contrato de concessão. Conforme a norma, o concessionário possui o direito de receber remuneração sobre a construção da infraestrutura do contrato de concessão, sendo: • um ativo financeiro quando tem o direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do concedente pelos serviços de construção; o concedente tem pouca ou nenhuma opção para evitar o pagamento, normalmente porque o contrato é executável por lei. • um ativo intangível quando recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários dos serviços públicos. Esse direito não constitui direito incondicional de receber caixa porque os valores são condicionados à utilização do serviço pelo público. Quando o Poder concedente tiver uma obrigação de pagamento para só parte do investimento, é reconhecido o valor de ativo financeiro pela quantia garantida pelo concedente e o excesso que não é garantido pelo concedente é reconhecido como ativo intangível ("modelo bifurcado"). Conforme definido pelo ICPC 1, a infra-estrutura que o concessionário recebe acesso pelo Poder concedente, sem qualquer contraprestação não são reconhecidos como ativo imobilizado do concessionário. • **Receita de contratos de concessão:** A receita relacionada a serviços de construção e melhoria de contratos de concessão é reconhecida baseada no estágio de conclusão do trabalho executado. Receita de operação ou serviço é reconhecida no período em que os serviços são prestados. Quando a Companhia presta mais do que um serviço no contrato de concessão, a contraprestação recebida é alocada por referência ao valor justo dos serviços entregues conforme melhor estimativa da Administração. • **Ativos financeiros não-derivativos**: A Companhia reconhece um ativo financeiro decorrente de contratos de concessão quando possui um direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do Poder Concedente ou da parte por ele indicada para os serviços de construção ou melhorias prestados. Tais ativos financeiros são mensurados a valor justo por meio do resultado. **h. Fornecedores**: As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. **i. Instrumentos financeiros: Ativos financeiros não derivativos**: A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros são reconhecidos como um ativo ou passivo individual. Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. A Companhia classifica os ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado, investimentos mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e ativos financeiros disponíveis para venda. **Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado**: Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado pois a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos e a estratégia de investimentos da Companhia. Os custos da transação são reconhecidos conforme incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos, os quais levam em consideração qualquer ganho com dividendos, são reconhecidas no resultado do exercício. Ativos financeiros designados como pelo valor justo através do resultado compreendem instrumentos patrimoniais que de outra forma seriam classificados como disponíveis para venda, como aqueles gerados por investimentos na infraestrutura dos contratos de concessão. **Ativos financeiros mantidos até o vencimento**: Caso a Companhia tenha intenção e a capacidade de manter títulos de dívida até o vencimento, então tais ativos financeiros são classificados como mantidos até o vencimento. Os investimentos mantidos até o vencimento são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. **Empréstimos e recebíveis**: Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Os empréstimos e recebíveis abrangem caixa e equivalentes de caixa e clientes e outros créditos. **Caixa e equivalente de caixa**: Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação. Os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo. **Passivos financeiros não derivativos**: A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas. A Companhia classifica os passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos. A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos e financiamentos, fornecedores e outras contas a pagar. **j. Empréstimos e financiamentos**: São reconhecidos inicialmente a valor justo, líquido dos custos de transações, que, subsequentemente, é mensurado pelo custo amortizado. Além disso, os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço. Custos de empréstimos que são diretamente atribuíveis à aquisição, à construção ou à produção de ativo qualificável formam parte do custo de tal ativo. Outros custos de empréstimos são reconhecidos como despesas quando incorridos. **k. Benefícios a empregados: • Previdência Privada**: Aos empregados que aderiram ao plano, a Companhia provê um plano de previdência privada. Trata-se de um plano multipatrocinado, na modalidade de contribuição definida, que conta também com contribuições dos beneficiários. Um plano de contribuição definida é um plano de pensão segundo o qual a Companhia faz contribuições fixas a uma entidade separada. A Companhia não tem obrigações legais nem construtivas de fazer contribuições se o fundo não tiver ativos suficientes para pagar a todos os empregados os benefícios relacionados com o serviço do empregado no período corrente e anterior. A Companhia não tem nenhuma obrigação adicional de pagamento depois que a contribuição é efetuada. As contribuições são reconhecidas como despesa de benefícios a empregados, quando incorridas. • **Participação nos lucros**: A Companhia reconhece uma provisão e uma despesa de participação nos resultados de empregados e administradores (que também são empregados) com base no cumprimento de metas operacionais de desempenho e de qualidade dos serviços prestados, conforme previsto nos acordos coletivos de trabalho firmados com sindicatos, bem como pela política interna de remuneração. **l. Imposto de renda e contribuição social**: O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido com base no lucro real, determinado de acordo com a legislação tributária em vigor, e provisionado segundo o regime de competência do exercício. Impostos ativos diferidos são reconhecidos sobre diferenças temporais na extensão em que sua realização seja provável. O imposto diferido é mensurado com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de elaboração das demonstrações financeiras. Adicionalmente, é reconhecido o passivo de imposto de renda e contribuição social relacionado com o diferimento de lucros não realizados oriundos de valores a receber da municipalidade, conforme permitido pela legislação do Imposto de Renda. **m. Reconhecimento das receitas**: As receitas referentes ao contrato de concessão com a Prefeitura do Município de São Paulo são reconhecidas com base no valor mensal fixo estabelecido em contrato. **n. Distribuição de dividendos**: A distribuição de dividendos para acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas Demonstrações Financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima da distribuição mínima obrigatória somente é provisionado na data que são aprovados pelos acionistas, em Assembléia Geral, conforme nota explicativa nº 15. **o. Principais julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis**: No processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia, a Administração exerce diversos julgamentos, com exceção dos que envolvem estimativas para definir o tratamento contábil mais apropriado para aplicar a certas transações, quando os CPC e interpretações não tratarem de assuntos específicos. Isto se aplica, particularmente, em relação ao reconhecimento de contratos de concessão (conforme descrito na nota explicativa nº 3.g). De acordo com CPC 26, os ativos e passivos circulantes e não circulantes são apresentados separadamente nas Demonstrações Financeiras. Para a maioria das atividades da Companhia, a segregação entre circulante e não circulante é baseado no período esperado em que os ativos serão realizados e os passivos liquidados. Quando a expectativa de realização dos ativos e passivos é em um período de até 12 meses após a data de apresentação das Demonstrações Financeiras, eles são classificados como circulantes. Caso contrário, são classificados como não circulante. **p. Demonstração do resultado abrangente**: No Brasil é obrigatório que as demonstrações do resultado do período e do resultado abrangente sejam apresentadas separadamente. A demonstração do resultado abrangente começa com o resultado líquido do período e inclui os outros resultados abrangentes. Resultados abrangentes totais são as mutações no patrimônio líquido durante o período com exceção daquelas mutações resultantes de transações com sócios na qualidade de proprietário. **q. Demonstrações dos fluxos de caixa**: A Companhia apresenta os fluxos de caixa das atividades operacionais, usando o método indireto, segundo o qual o lucro líquido ou o prejuízo é ajustado pelos efeitos de transações que não envolvem caixa, pelos efeitos de diferimentos ou apropriações por competência sobre recebimentos de caixa ou pagamentos em caixa operacionais passados ou futuros, e pelos efeitos de itens de receita ou despesa associados com fluxos de caixa das atividades de investimento ou de financiamento. De acordo com o método indireto, o fluxo de caixa líquido advindo das atividades operacionais é determinado ajustando o lucro líquido ou prejuízo quanto aos efeitos de: (i) variações ocorridas no período nos estoques e nas contas operacionais a receber e a pagar; (ii) itens que não afetam o caixa, tais como depreciação, provisões, tributos diferidos, ganhos e perdas cambiais não realizados e resultado de equivalência patrimonial quando aplicável; e (iii) todos os outros itens tratados como fluxos de caixa advindos das atividades de investimento e de financiamento. **r. Demonstração do valor adicionado**: A Companhia elabora, conforme requerido pela legislação societária brasileira para companhias abertas, como parte de suas Demonstrações financeiras, a Demonstração do Valor Adicionado (DVA) e a apresenta como parte integrante das suas Demonstrações financeiras divulgadas ao final de cada exercício. A DVA proporciona aos usuários das Demonstrações financeiras informações relativas à riqueza criada pela Companhia no respectivo exercício, bem como a forma pela qual tais riquezas foram distribuídas. A distribuição da riqueza criada é detalhada, da seguinte forma: a) pessoal e encargos; b) impostos, taxas e contribuições; c) remuneração de capitais de terceiros; e d) remuneração de capitais próprios. **s. Demonstração do resultado abrangente**: No Brasil é obrigatório que as demonstrações do resultado do período e do resultado abrangente sejam apresentadas separadamente. A demonstração do resultado abrangente começa com o resultado líquido do período e inclui os outros resultados abrangentes. Resultados abrangentes totais são as mutações no patrimônio líquido durante o período com exceção daquelas mutações resultantes de transações com sócios na qualidade de proprietário. **4. Gerenciamento de Risco Financeiro: Fatores de risco financeiro:** As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de taxa de juros de valor justo, risco de contrato de concessão e risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez. **a. Risco de mercado**: • **Risco de câmbio**: As principais operações efetuadas pela Companhia são realizadas no mercado interno e não são afetadas pela variação cambial. • **Risco de taxa de juros**: O risco de taxa de juros da Companhia decorre, substancialmente, de empréstimos de financiamentos. As captações são efetivadas com taxas de juros pré-fixadas e dentro de condições normais de mercado, atualizadas e registradas pelo valor de liquidação na data do encerramento do balanço. Este risco surge da possibilidade que a Companhia pode sofrer perdas devido a flutuações em taxas de juros, aumentando as despesas financeiras relacionadas a empréstimos e financiamentos. A Companhia monitora taxas de juros de mercado continuamente para avaliar a possível necessidade de substituir sua dívida. • **Risco de preços**: Os valores das tarifas dos serviços prestados são reajustados anualmente, com base na variação do IGP-M e em índices definidos pelo Poder Concedente, considerando a variação na estrutura de custos e de mercado da Companhia, nas características dos sistemas e serviços concedidos e em eventuais estímulos à eficiência e à modalidade das tarifas. As tarifas de acordo com o contrato de concessão devem garantir o equilíbrio econômico-financeiro da Companhia. **b. Risco de crédito**: O risco de crédito decorre de caixa e equivalente de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes públicos, incluindo contas a receber em aberto. • **Contrato de Concessão**: Como a Companhia administra contrato de concessão, a continuidade da sua operação depende da manutenção dos encargos e responsabilidades definidos no contrato. Por se tratar de serviços de interesse público, o Poder concedente tem o direito de rescindir o Contrato de concessão antes do término ou ainda não autorizar a sua renovação, conforme descrito na nota explicativa nº1. Ademais, considerando que a Companhia possui um único cliente (Prefeitura Municipal de São Paulo) e apresenta risco de não recebimento ou recebimento em atraso por parte desta municipalidade, podendo afetar a gestão do seu fluxo de caixa. **c. Risco de liquidez**: Risco de liquidez é o risco em que o Grupo irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A liquidez da Companhia depende principalmente do caixa gerado pelas atividades operacionais, empréstimos de instituições financeiras brasileiras e financiamento doméstico. A gestão do risco de liquidez considera a avaliação dos requisitos de liquidez para assegurar que a Companhia dispõe de caixa suficiente para atender suas despesas de capital e operacional. O quadro abaixo analisa os passivos da Companhia, por faixas de vencimento, que compreende ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os valores apresentados não contemplam taxa de descontos contratuais.

Em 31 de dezembro de 2012	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Empréstimos e financiamentos	33.138	10.455	15.532	6.524	65.649
Fornecedores e outras contas a pagar	36.083	-	-	-	36.083
Salários, benefícios e encargos	11.518	-	-	-	11.518
Impostos, taxas e contribuições a recolher	17.722	-	-	-	17.722
Imposto de renda e contribuição social	18.317	-	-	-	18.317
Passivo fiscal diferido	-	4.430	-	-	4.430
Obrigações contratuais	2.241	-	-	-	2.241
Dividendos a pagar	47.498	-	-	-	47.498
	166.518	14.885	15.532	6.524	203.458

Em 31 de dezembro de 2011	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Empréstimos e financiamentos	14.668	13.336	16.714	10.230	54.948
Fornecedores e outras contas a pagar	38.690	-	-	-	38.690
Salários, benefícios e encargos	12.163	-	-	-	12.163
Impostos, taxas e contribuições a recolher	8.838	-	-	-	8.838
Passivo fiscal diferido	-	2.410	-	-	2.410
Obrigações contratuais	1.776	-	-	-	1.776
Dividendos a pagar	5.104	-	-	-	5.104
	81.239	15.746	16.714	10.230	123.929

Gerenciamento de Capital: Os objetivos da Companhia durante o processo de administração do seu capital são garantir a capacidade de continuidade das suas operações, visando oferecer retorno aos acionistas, bem como manter uma estrutura de capital ideal para diminuir os custos. Para manter boas práticas na gestão da estrutura de capital, a Companhia, quando aprovado pelos acionistas controladores, pode rever sua política de distribuição de dividendos, emitir novas ações ou reduzir capital. A Diretoria procura manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis mais adequados de empréstimos e as vantagens e a segurança proporcionada por uma posição de capital saudável. A Companhia adota o índice de alavancagem financeira para monitorar e analisar a performance do seu capital. Esse índice é obtido mediante a divisão entre a dívida líquida pelo capital total. Considera-se como dívida líquida, para fins desta análise, o saldo total de empréstimos e financiamentos (correspondente aos empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo, de acordo com as informações demonstradas no balanço patrimonial), subtraídas do montante de caixa e equivalente de caixa. O capital total é representado pela soma do patrimônio liquido, conforme apresentado no balanço patrimonial, com a dívida liquida. A política da Companhia é manter um índice abaixo de 2,00. Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2012 e 2011 podem ser apresentados conforme demonstrado abaixo:

	2012	2011
Total do Passivo	207.032	137.492
Menos: Caixas e equivalentes de caixa	(87.792)	(36.921)
Dívida líquida	119.240	100.571
Patrimônio líquido	23.908	42.252
Capital total	143.148	142.823
Índice de alavancagem	0,83	0,70

Estimativa de valor justo: Conforme o CPC 40, "Instrumentos Financeiros: Evidenciação", o valor justo é definido como o preço de troca que seria recebido por um ativo ou pago por transferir um passivo (preço de transferência) no principal ou o mais vantajoso mercado para o ativo ou passivo numa transação normal entre participantes independentes do mercado na data de mensuração. Adicionalmente, o IFRS 7 estabelece uma classificação hierárquica em três níveis para mensuração do valor justo, com as seguintes definições: • Nível 1 - Trata-se de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos. • Nível 2 - Utilizam-se outras informações, exceto aquelas do Nível 1, onde os preços cotados (não ajustados) são para ativos e passivos similares, em mercados não ativos, ou outras informações que estão disponíveis ou que podem ser corroboradas pelas informações constatadas no mercado para substancialmente a integridade dos termos dos ativos e passivos. • Nível 3 - Inserções para ativos ou passivos que não são baseadas nos dados apresentados pelo mercado. Ou seja, as informações são indisponíveis, reflexo da baixa ou nenhuma atividade de mercado e que são relevantes para definição do valor justo dos ativos e passivos. A Administração entende que os valores justos são, substancialmente, similares aos valores contábeis registrados.

5. Caixa e Equivalentes de Caixa: São compostos como segue:

	2012	2011
Caixa	31	26
Bancos	71.266	932
Aplicações Financeiras	16.495	35.963
	87.792	36.921

Caixa e equivalente de caixa são, substancialmente, determinados na moeda real brasileira. As aplicações financeiras referem-se, principalmente, a certificados de depósito bancário, de liquidez imediata e remuneração atrelada à variação do CDI, não excedendo os seus respectivos valores de mercado, e não estão sujeitas a riscos de mudança significativa de valor.

6. Contas a Receber de Clientes e Outros Recebíveis: As contas a receber de clientes e outros créditos são compostas como segue:

	Nota	2012	2011
Prefeitura Municipal de São Paulo:			
Valores faturados		11.328	10.888
Medição dos serviços prestados		35.506	26.859
Ativo financeiro (recebível da concessão)		25.542	32.093
Clientes Privados:			
Valores faturados - venda de sucata		52	2
Partes Relacionadas	14	95	52
Outras contas a receber		337	279
Total		72.860	70.173
Circulante		41.022	37.568
Não Circulante		31.838	32.605

A exposição ao risco de crédito da Companhia esta limitado ao valor das contas a receber mencionadas acima. O aging list das contas a receber é composta como segue:

	2012	2011
Vencidos:		
Até 30 dias	37.082	8.147
Entre 31 e 60 dias	361	2.675
Entre 61 e 90 dias	349	2.674
Entre 91 e 180 dias	1.077	8.022
Entre 181 e 360 dias	2.153	16.050
Acima de 360 dias (a)	10.490	10.888
	51.512	48.456

(a) O saldo acima de 360 dias refere-se a serviços extracontratuais prestados à Prefeitura de São Paulo, em sua grande maioria em 2007 e períodos posteriores, no montante de R$10.489. O ativo financeiro no montante de R$25.542 (R$32.093 em 2011) refere-se à infraestrutura que vem sendo construída ou adquirida pela Companhia e que será reversível ao Poder concedente, ao término do contrato de concessão. Conforme contrato, a Companhia vem sendo remunerada por esses investimentos conforme vida útil do respectivo ativo. A exposição da Companhia a riscos de crédito e moeda e perdas por redução no valor recuperável relacionadas a contas a receber de clientes e a outras contas são divulgadas na nota explicativa nº 4. **7. Ativos e Passivos Fiscais:** Em 31 de dezembro de 2012 a Companhia possuía registrados passivos de Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos relacionados com diferenças temporárias representadas por provisões não dedutíveis e lucros não realizados oriundos de valores a receber da municipalidade, conforme permitido pela Legislação do Imposto de Renda. A composição desses diferidos é como segue:

	2012	2011
Lucros não realizados sobre contas a receber de clientes públicos	(10.506)	(4.566)
Provisão para contingências	6.674	5.661
Provisão para custos a incorrer	1.227	12.414
Provisão para participação nos resultados	2.153	2.395
Efeito RTT	4.259	(2.523)
Base total final	3.807	13.381
IR/CS diferido sobre diferenças temporárias - 34%	1.294	4.550
Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos	5.724	6.960
Imposto de renda e contribuição social diferidos passivos	(4.430)	(2.410)

Reconciliação da taxa efetiva: A reconciliação da provisão para Imposto de Renda e contribuição social, tendo como base as alíquotas vigentes e o débito efetivo reconhecido no resultado, é como segue:

	2012	2011
Lucro antes do Imposto de Renda e da contribuição social	70.649	35.174
Efeito RTT	1.631	-
	72.280	35.174
Alíquotas - %	34%	34%
	(24.575)	(11.959)
Efeito do Imposto de Renda e da contribuição social sobre:		
Brindes e Multas Indedutíveis	(157)	(4)
Provisão para gratificação, bônus e doações	(1.788)	(1.439)
Outras diferenças permanentes	337	(283)
Despesa de Imposto de Renda e contribuição social efetivos	(26.183)	(13.685)
Despesa de Imposto de Renda e contribuição social correntes	(22.928)	(5.389)
Despesa de Imposto de Renda e contribuição social diferidos	(3.255)	(8.296)
	(26.183)	(13.685)

Em 31 de dezembro de 2012 a Companhia registrou imposto de renda e contribuição social a recolher no montante de R$18.317 decorrentes de provisão sobre os valores recebidos do poder concedente provenientes do reequilíbrio quinquenal, conforme nota explicativa nº 1.

8. Imobilizado: O saldo é composto como segue:

	Tx. Anual %	2012 Custo	2012 Depreciação	2012 Líquido	2011 Líquido
Máquinas e equipamentos	10%	4.954	(1.039)	3.915	1.316
Veículos	20%	66.957	(32.881)	34.075	43.996
Móveis, utensílios e outros	10%	833	(419)	413	391
Equipamentos de informática	20%	1.172	(752)	420	323
Benfeitorias em bens de terceiros		5.300	-	5.300	-
Imobilizado em andamento		336	-	336	-
		79.552	(35.092)	44.460	46.026

Garantia: Em 31 de dezembro de 2012, veículos com valor contábil de R$51.269 estão sujeitos a uma fiança registrada para garantir financiamentos (veja nota explicativa nº 10). **Imobilizados em andamento**: Durante o ano encerrado em 31 de dezembro de 2012, o principal ativo em construção referia-se à estação de transbordo, que estava sendo registrado no ativo financeiro (recebível da concessão), conforme nota explicativa nº 6 considerando que a Companhia possui um direito de receber caixa do Poder Concedente pelos investimentos realizados na infraestrutura. As mutações do imobilizado estão demonstradas conforme segue:

Custo:	2011	Aquisição	Baixa	2012
Máquinas e equipamentos	1.987	3.068	(101)	4.954
Veículos	64.668	3.045	(756)	66.957
Móveis, utensílios e outros	747	98	(13)	833
Equipamentos de informática	1.031	231	(90)	1.172
Benfeitorias em bens de terceiros	-	5.300	-	5.300
Imobilizado em andamento	-	336	-	336
	68.432	12.078	(959)	79.552
Máquinas e equipamentos	(671)	(444)	76	(1.039)
Veículos	(20.672)	(12.821)	611	(32.881)
Móveis, utensílios e outros	(356)	(74)	10	(419)
Equipamentos de informática	(708)	(132)	88	(752)
Benfeitorias em bens de terceiros	-	-	-	-
	(22.406)	(13.472)	786	(35.092)
Imobilizado, líquido	46.026	(1.393)	(173)	44.460

9. Fornecedores e Outras Contas a Pagar

	Nota Explicativa	2012	2011
Fornecedores		24.113	26.090
Partes relacionadas	14	11.970	12.600
		36.083	38.690

A exposição da Companhia a riscos de crédito relacionados à fornecedores e a outras contas a pagar são divulgadas na nota explicativa nº4. **10. Empréstimos e Financiamentos:** Esta nota explicativa fornece informações sobre os termos contratuais dos empréstimos com juros, que são mensurados pelo custo amortizado. Para mais informações sobre a exposição da Companhia a riscos de taxa de juros e liquidez, veja nota explicativa nº4. As obrigações por empréstimos e financiamentos são representadas como segue:

Modalidade	Juros	Vencimento	2012	2011
FINAME	3,40% a.a. - 7,00% a.a.	De dez/2010 a dez/2016	28.642	34.643
Capital de Giro	CDI + 2,30% a 2,75% a.a.	Mai/2013	17.366	-
Conta Garantida	CDI + 2,64% a 2,85% a.a.	Mar/2013	14	-
BNDES	1,40% a.a. - 2,40% a.a. + TJLP	De ago/2010 a dez/2021	19.627	20.305
			65.649	54.948
Circulante			33.138	14.668
Não circulante			32.511	40.280
			65.649	54.948

Os montantes em longo prazo têm a seguinte composição por ano de vencimento:

	2012	2011
2013	-	13.336
2014	10.455	8.261
2015	7.376	6.400
2016	3.807	2.053
2017 em diante	10.873	10.230
	32.511	40.280

Garantias: Os empréstimos e financiamentos da Companhia, nas modalidades FINAME e BNDES, estão garantidos por veículos no valor contábil de R$34.075. **Investimentos com o uso de financiamentos**: Durante o exercício de 2012, a Companhia registrou o financiamento de investimentos no montante de R$9.036 (R$35.153 em 2011). Este valor, na modalidade de financiamento do FINAME e BNDES, será aplicado na aquisição de equipamentos e infraestrutura do transbordo.

11. Salários, Benefícios e Encargos: São compostos como segue:

	2012	2011
Salários	2.360	2.281
Encargos trabalhistas	618	1.081
Férias	6.540	6.107
Participação nos resultados	2.000	2.694
	11.518	12.163

Benefício de previdência privada: Aos empregados que aderiram, a Companhia provê um plano de previdência privada. Esse plano multipatrocinado, de contribuição definida, conta também com contribuições dos beneficiários. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2012, os custos incorridos com a manutenção do plano somaram R$241 (R$260 em 2011), os quais foram reconhecidos diretamente no resultado.

12. Impostos, Taxas e Contribuições a Recolher

São compostos como segue:	2012	2011
ISS sobre serviço	2.241	1.877
PIS sobre serviço	2.659	1.135
COFINS sobre serviço	12.247	5.228
Pis/COFINS/CSLL retidos	24	17
IR Fonte	202	178
Outros	349	403
	17.722	8.838

Os valores de ISS, PIS e COFINS de 2012 referem-se principalmente ao recebimento do Termo de Compromisso Ambiental ocorrido no mês de dezembro, conforme Nota Explicativa nº 1.

13. Provisões: São compostos como segue:

	2012	2011
Contingências	2.346	1.372
Obrigações contratuais	-	11.280
Programa de concientização	1.227	911
	3.573	13.563

a. Contingências: A Companhia, no curso normal de suas atividades, está sujeita a processos judiciais de natureza tributária, trabalhista e cível. A Administração, apoiada na opinião de seus assessores legais e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão para contingências. Em 31 de dezembro de 2012, a provisão perfaz o montante de R$2.346 (R$1.372 em 2011), o qual, conforme a Administração da Companhia, com base na opinião de seus assessores legais, é suficiente para fazer face às perdas esperadas com o desfecho dos processos em andamento. Os processos judiciais da Companhia em 31 de dezembro de 2012, passivos de provisão, é como segue:

	Cíveis	Trabalhistas	Total
Saldo em 01/01/2011	721	538	1.259
Adições	662	398	1.060
Reversões	(633)	(237)	(870)
Depósitos judiciais relacionados aos processos provisionados	-	(77)	(77)
Saldo em 31/12/2011	750	622	1.372
Adições	809	638	1.447
Reversões	(23)	(411)	(434)
Depósitos judiciais relacionados aos processos provisionados	-	(39)	(39)
Saldo em 31/12/2012	1.536	810	2.346

A Companhia possui outras ações judiciais em andamento, compostas por reclamações trabalhistas e cíveis, cujo parecer do assessor jurídico externo da Sociedade classificou a probabilidade de ganho como possível o montante de R$13.928 (R$18.806 em 2011). Portanto, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, os processos com essa classificação não possuem necessidade de provisão. **b. Obrigações contratuais futu-**

continua...